

MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - ATL

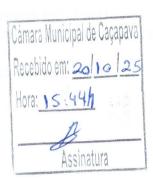
OFÍCIO Nº 4 09 /2025/ATL/PGM

Caçapava, 17 de outubro de 2025.

Exmo. Sr. Vereador Rodrigo Meireles Cursino Presidente da Câmara Municipal de Caçapava

Assunto: Encaminha Projeto de Lei

Senhor Presidente.



Pelo presente, encaminho o incluso Projeto de Lei que *altera a Lei Municipal* n° 4.783, de 29 de julho de 2008, que cria o Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA e o Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA, para que seja levado a apreciação e aprovação por Vossa Excelência e seus Dignos Pares.

O presente projeto tem por objetivo adequar a legislação municipal às disposições da Lei Municipal nº 6.340, de 17 de setembro de 2025, que instituiu o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura – FMSAI, o qual atribui ao Conselho Municipal de Meio Ambiente - CMMA - a função de gestão, acompanhamento, fiscalização e controle da aplicação dos recursos do Fundo, conforme previsto no § 3° do art. 3° da referida norma.

Com essa finalidade, propõe-se a inclusão do inciso XXI ao art. 9° da Lei Municipal n° 4.783/2008, conferindo ao CMMA a competência para "exercer o controle social sobre as obras e os serviços de saneamento básico no Município, abrangendo o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, a limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos, bem como a drenagem e o manejo das águas pluviais urbanas".

Tal medida visa garantir maior transparência, efetividade e integração das políticas públicas ambientais e de saneamento básico, fortalecendo o papel do Conselho

Rua Capitão Carlos de Moura, 243, Vila Pantaleão, Caçapava - SP CEP: 12.280-050 / Tel. (12) 3654-6656 - atl2@cacapava.sp.gov.br



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - ATL

Municipal do Meio Ambiente como instância de participação social e de controle das ações e investimentos voltados à sustentabilidade urbana e ambiental.

Dessa forma, a proposta ora apresentada promove a harmonização da legislação municipal, assegurando a adequada execução das atribuições conferidas ao CMMA, em conformidade com a Lei nº 6.340/2025, e reforçando o compromisso da Administração com a gestão participativa, a responsabilidade ambiental e a boa governança dos recursos públicos.

Diante do exposto, espero ser o incluso Projeto de Lei apreciado, votado e aprovado, em regime de urgência, por essa E. Casa de Leis.

Respeitosamente.

Dr. YAN LOPES DE ALMEIDA Prefeito Municipal